



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário - Área Administrativa

Opcao de Cargo E05, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
 - Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
 - Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 12 referem-se ao texto que segue.

CNBB fecha questão contra a redução da maioria penal

A cúpula da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) divulgou a posição da entidade, que é totalmente contrária às propostas de redução da maioria penal de 18 para 16 anos, que tramitam no Congresso Nacional.

O presidente da entidade, dom Geraldo Majella, disse que os congressistas deveriam se esforçar em combater as causas da violência e melhorar a educação para evitar que mais jovens entrem para a criminalidade. “Não basta baixar a idade penal para resolver o problema. A questão do adolescente infrator deve ser resolvida não só com a polícia, mas com políticas públicas que ajudem a dar educação”, afirmou dom Geraldo.

Os bispos também se manifestaram contra a intenção de se fazer um plebiscito nacional sobre a redução da maioria. Para dom Geraldo, a força da mídia e a violência dos crimes recentes podem influenciar as pessoas. Segundo ele, “o plebiscito vai refletir toda a paixão que a sociedade expõe quando ocorre algum crime de grande repercussão.”

Os bispos também afirmaram que vão conversar com deputados e senadores para tentar convencê-los a não votarem as matérias que tratam do assunto. Só na Câmara, há 177 matérias que tratam de crimes praticados por adolescentes, 58 das quais abordam a redução da maioria. No Congresso, o projeto mais recente apresentado pelo líder do PL, é bastante rigoroso: propõe a redução da maioria para 13 anos.

(Folha on line, “*Cotidiano*”, 26/11/2003)

1. As expressões *não basta baixar a idade penal e a questão do adolescente infrator deve ser resolvida não só com a polícia, mas com políticas públicas* levam a crer que a redução da idade penal e a ação da polícia, diante da questão do menor infrator,

- (A) não são suficientes, nem necessárias.
- (B) são necessárias, mas não suficientes.
- (C) não são nem suficientes, nem necessárias.
- (D) não são desejáveis, nem necessárias.
- (E) não são necessárias, por serem insuficientes.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. Para dom Geraldo, um plebiscito nacional expressaria, em boa hora, o justo sentimento popular diante da redução da maioria.
- II. A força da mídia e a violência dos crimes tenderiam a aumentar, caso se fizesse um plebiscito sobre a redução da maioria, afirmou dom Geraldo.
- III. A CNBB interessa-se em evitar que sejam aprovados projetos como o apresentado pelo líder do PL.

Em relação ao texto, está correto somente o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em

- (A) *está totalmente contrária às propostas* = vai ao encontro das propostas.
- (B) *divulgou a posição da entidade* = prenunciou a tendência da congregação.
- (C) *resolvida (...) com políticas públicas* = solucionada (...) por meio de medidas já consensuais.
- (D) *abordam a redução da maioria* = minimizam a responsabilidade civil.
- (E) *a intenção de se fazer um plebiscito* = o propósito de empreender consulta popular.

4. Na frase *Os bispos também afirmaram que vão conversar com deputados e senadores para tentar convencê-los a não votarem as matérias que tratam do assunto*, a frase ou expressão

- (A) *deputados e senadores* indica uma alternativa.
- (B) *que tratam do assunto* indica uma possível ação dos congressistas.
- (C) *a não votarem as matérias* indica a posição atual dos congressistas.
- (D) *para tentar convencê-los* indica uma finalidade.
- (E) *Os bispos também afirmaram* indica o acordo entre os bispos e os congressistas.

5. Transpondo-se para a voz passiva a frase *A força da mídia e a violência dos crimes recentes podem influenciar as pessoas*, a forma verbal resultante será

- (A) podem ser influenciadas.
- (B) poderiam ser influenciadas.
- (C) pode ser influenciado.
- (D) podem ter influência.
- (E) podem ter sido influenciadas.

6. As normas de concordância verbal estão inteiramente respeitadas na frase:

- (A) Couberam aos bispos manifestar-se sobre a redução da maioria penal.
- (B) O que vêm influenciando as pessoas são a força da mídia e a violência dos crimes.
- (C) Houve muitos projetos apresentados, um dos quais prima pela absoluta radicalidade.
- (D) Caso se submeta meninos de treze anos ao código penal, condenar-se-á crianças.
- (E) Num plebiscito, a maioria haverão de se manifestar a favor da redução.

<p>7. Os tempos verbais estão adequadamente articulados na frase:</p> <p>(A) Os congressistas deverão se esforçar para que melhorasse a educação, em vez de agravarem a questão do menor no Brasil.</p> <p>(B) Caso os bispos convencessem os deputados, não passaria nenhum projeto que viesse a prejudicar os menores de 18 anos.</p> <p>(C) Se a força da mídia não afetasse tanto a opinião pública, é possível que esta acabe por se mostrar contrária à redução da maioria penal.</p> <p>(D) Muito embora seja radical o projeto apresentado pelo líder do PL, são muitos os que haveriam de apoiá-lo, desde o momento em que foi apresentado ao plenário.</p> <p>(E) Sempre haverá quem deseje que a questão do menor se resolve com medidas radicais como as que têm sido apresentadas.</p>	<p>10. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) A força da mídia, tanto quanto a violência dos crimes recentes, vem influenciando negativamente a opinião pública, segundo afirmou dom Geraldo.</p> <p>(B) Segundo dom Geraldo em manifestação recente, a força da mídia costuma exercer influência negativa, sobre a opinião pública em momentos de grande tensão.</p> <p>(C) A opinião pública, que costuma sofrer influência da mídia vem-se mostrando favorável a um plebiscito no qual, se decida a respeito da controvérsia: redução da maioria.</p> <p>(D) É uma pena, que os congressistas em vez de dedicarem seu tempo a projetos afirmativos, preocupem-se com medidas como essas de caráter tão-somente punitivo.</p> <p>(E) Se baixar a idade penal, resolvesse o problema, nos Estados Unidos onde há tanto rigor, com os jovens infratores, a criminalidade do menor praticamente não existiria.</p>
<p>8. Está clara e correta a redação do seguinte período:</p> <p>(A) A divulgação da posição da CNBB revelou que se está totalmente contrária à quem quer que proponha se reduzir os limites da maioria penal.</p> <p>(B) O que se espera das conversas entre os bispos e os deputados é que possa ter um acordo no sentido de evitarem de votar em matérias que o assunto seja essa redução.</p> <p>(C) É espantoso que hajam tantos projetos que visem os crimes de menores, à medida que pouco se faz em nome das melhorias de nossa educação.</p> <p>(D) Os plebiscitos costumam realizar-se em tempo de crise, e há alguns governantes astutos que deles se valem para delegar responsabilidades.</p> <p>(E) Caso se optassem por políticas públicas mais responsáveis, conforme dom Geraldo, não seria o caso de polícia, mas de educação do menor infrator.</p>	<p>11. Considere as seguintes frases:</p> <p>I. Dom Geraldo disse que os congressistas deveriam se esforçar para melhorar a educação dos menores.</p> <p>II. Dom Geraldo é da opinião de que não basta baixar a idade penal para resolver o problema.</p> <p>III. Para dom Geraldo, a força da mídia e a violência dos crimes recentes podem influenciar as pessoas.</p> <p>A palavra para está empregada para indicar finalidade somente em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I e II.</p>
<p>9. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:</p> <p>(A) A CNBB, <u>cuj</u>a a cúpula acabou de se manifestar, mostrou-se intransigente <u>por</u> qualquer medida radical que venha a prejudicar os menores infratores.</p> <p>(B) A matéria <u>de que</u> dizem respeito 58 dos projetos tem a ver com a redução da maioria, <u>na qual</u> os bispos da CNBB posicionaram-se desfavoravelmente.</p> <p>(C) Os projetos de redução de maioria, <u>cuj</u>a tramitação está acelerada, não contam com a simpatia <u>de quem</u> deseja uma política de inclusão dos menores carentes.</p> <p>(D) A força da mídia, <u>à qual</u> nem todos mostram consciência, costuma ser decisiva nos momentos <u>onde</u> a opinião pública está emocionalmente abalada.</p> <p>(E) É um mito imaginar <u>de que</u> basta reduzir a maioria penal para que os problemas da delinquência juvenil, <u>que sua</u> existência ninguém nega, sejam definitivamente resolvidos.</p>	<p>12. Os menores infratores constituem, de fato, um problema, mas não nos cabe apenas <u>punir os menores infratores</u>, e sim <u>permitir aos menores infratores que tenham acesso à educação</u>, para que se livrem <u>da condição de menores infratores</u>.</p> <p>Evitam-se as repetições do período acima substituindo-se, de modo correto, os elementos sublinhados por, respectivamente:</p> <p>(A) puni-los; permiti-los o acesso; da condição deles</p> <p>(B) puni-los; permitir seu acesso; dessa sua condição</p> <p>(C) punir a eles; permitir-lhes o acesso; dela</p> <p>(D) punir-lhes; permitir-lhes seu acesso; dessa sua condição</p> <p>(E) os punir; permiti-los ao acesso; desta condição</p>

<p>13. Dispõe-se de dois lotes de boletins informativos distintos: um, com 336 unidades, e outro, com 432 unidades. Um técnico judiciário foi incumbido de empacotar todos os boletins dos lotes, obedecendo as seguintes instruções:</p> <ul style="list-style-type: none"> – todos os pacotes devem conter a mesma quantidade de boletins; – cada pacote deve ter um único tipo de boletim. <p>Nessas condições, o menor número de pacotes que ele poderá obter é</p> <p>(A) 12 (B) 16 (C) 18 (D) 24 (E) 32</p>	<p>17. Do total de documentos de um lote, sabe-se que 5% devem ser encaminhados ao setor de recursos humanos, 35% ao setor de recursos financeiros e os 168 restantes ao setor de materiais. O total de documentos desse lote é</p> <p>(A) 240 (B) 250 (C) 280 (D) 320 (E) 350</p>
<p>14. Do total de técnicos judiciários que executaram certa tarefa, sabe-se que $\frac{1}{5}$ são do sexo feminino e 10% do número de homens trabalham no setor de R.H. (Recursos Humanos). Se 54 desses técnicos são do sexo masculino e não trabalham no setor de R.H., quantas mulheres executaram tal tarefa?</p> <p>(A) 15 (B) 18 (C) 20 (D) 25 (E) 27</p>	<p>18. Um comerciante comprou 150 caixas de papelão a R\$ 1,00 cada uma. Vendeu $\frac{1}{3}$ do total a R\$ 1,50 cada e as restantes a R\$ 1,80 cada. A sua porcentagem de lucro nessa transação foi de</p> <p>(A) 62% (B) 62,5% (C) 65% (D) 65,5% (E) 70%</p>
<p>15. Três técnicos do T.R.T. foram incumbidos de catalogar alguns documentos e os dividiram entre si, na razão inversa de seus tempos de serviço público: 4 anos, 6 anos e 15 anos. Se àquele que tem 6 anos de serviço coube catalogar 30 documentos, a diferença positiva entre os números de documentos catalogados pelos outros dois é</p> <p>(A) 28 (B) 33 (C) 39 (D) 42 (E) 55</p>	<p>19. Uma pessoa tem R\$ 20 000,00 para aplicar a juro simples. Se aplica R\$ 5 000,00 à taxa mensal de 2,5% e R\$ 7 000,00 à taxa mensal de 1,8%, então, para obter um juro anual de R\$ 4 932,00, deve aplicar o restante à taxa mensal de</p> <p>(A) 2% (B) 2,1% (C) 2,4% (D) 2,5% (E) 2,8%</p>
<p>16. Uma máquina é capaz de imprimir 4 500 cópias em 5 horas de trabalho ininterrupto. Outra máquina, com capacidade operacional de 80% da primeira imprimiria 3 600 cópias em</p> <p>(A) 4 horas. (B) 4 horas e 30 minutos. (C) 4 horas e 45 minutos. (D) 5 horas. (E) 5 horas e 30 minutos.</p>	<p>20. Um título foi descontado em R\$ 252,00, por ter sido pago com 180 dias de antecipação. Se a taxa mensal do desconto comercial simples foi de 3,5%, o valor nominal do título era</p> <p>(A) R\$ 1 100,00 (B) R\$ 1 150,00 (C) R\$ 1 200,00 (D) R\$ 1 250,00 (E) R\$ 1 300,00</p>

<p>21. No almoxarifado de uma empresa há canetas e borrachas num total de 305 unidades. Se o número de canetas é igual ao triplo do número de borrachas diminuído de 35 unidades, o número de canetas é</p> <p>(A) 160</p> <p>(B) 190</p> <p>(C) 200</p> <p>(D) 220</p> <p>(E) 250</p>	<p>25. Um relatório em formulário contínuo normalmente é emitido numa impressora de impacto do tipo</p> <p>(A) matricial.</p> <p>(B) <i>laser</i>.</p> <p>(C) térmica.</p> <p>(D) jato de tinta.</p> <p>(E) <i>ploter</i>.</p>
<p>22. Um certo número de processos foi entregue a 5 técnicos judiciários, dando-se a cada um a metade da quantidade recebida pelo anterior. Se o último técnico recebeu 18 processos, quantos recebeu o terceiro?</p> <p>(A) 64</p> <p>(B) 72</p> <p>(C) 78</p> <p>(D) 82</p> <p>(E) 86</p>	<p>26. Uma pesquisa na Internet, navegando pelas páginas dos <i>sites</i>, é realizada utilizando-se de um programa denominado</p> <p>(A) <i>browser</i>.</p> <p>(B) <i>modem</i>.</p> <p>(C) protocolo.</p> <p>(D) <i>home-page</i>.</p> <p>(E) provedor de acesso.</p>
<p>23. Alguns técnicos judiciários combinaram dividir igualmente entre si 108 processos a serem arquivados. Entretanto, no dia em que o trabalho seria realizado, dois técnicos faltaram ao serviço e, assim, coube a cada um dos outros arquivar 9 processos a mais que o inicialmente previsto. O número de processos que cada técnico arquivou foi</p> <p>(A) 16</p> <p>(B) 18</p> <p>(C) 21</p> <p>(D) 25</p> <p>(E) 27</p>	<p>27. Para visualizar a parte final de uma figura que não cabe inteira na janela do Windows, movimenta-se a barra de rolagem</p> <p>(A) horizontal para baixo.</p> <p>(B) horizontal para a esquerda.</p> <p>(C) vertical para a direita.</p> <p>(D) vertical para baixo.</p> <p>(E) vertical para cima.</p>
<p>24. A velocidade de 180km/h equivale a quantos metros por segundo?</p> <p>(A) 5</p> <p>(B) 30</p> <p>(C) 50</p> <p>(D) 300</p> <p>(E) 500</p>	<p>28. Durante a elaboração de uma carta no editor de texto, para apagar a última letra que acabou de ser digitada, utiliza-se a tecla</p> <p>(A) <i>Caps Lock</i>.</p> <p>(B) <i>Num Lock</i>.</p> <p>(C) <i>Delete</i>.</p> <p>(D) <i>Tab</i>.</p> <p>(E) <i>Backspace</i>.</p> <p>29. Textos digitados e figuras podem ser posicionados num documento com auxílio do componente, da tela de edição, denominado</p> <p>(A) menu de controle do documento.</p> <p>(B) barra de menus.</p> <p>(C) barra de ferramentas.</p> <p>(D) régua.</p> <p>(E) área de movimentação.</p> <p>30. A intersecção entre uma linha e uma coluna, utilizada para fazer cálculos em planilhas eletrônicas, é uma célula com o nome formado normalmente pela seqüência</p> <p>(A) do número de célula, somente.</p> <p>(B) do número de coluna mais a letra da linha.</p> <p>(C) do número de linha mais a letra da coluna.</p> <p>(D) da letra da linha mais o número da coluna.</p> <p>(E) da letra da coluna mais o número de linha.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Rodrigo, técnico judiciário da área administrativa do Tribunal Regional do Trabalho, sentindo-se ameaçado em seus direitos de servidor público, no local onde exerce suas atribuições, ingressou com um requerimento, dirigido à autoridade competente, através dos meios legais. Nesse caso, o aludido requerimento deverá ser *despachado e decidido*, por quem de direito, respectivamente, nos prazos de

(A) 2 e 8 dias.
 (B) 3 e 10 dias.
 (C) 5 e 30 dias.
 (D) 8 e 15 dias.
 (E) 10 e 25 dias.

32. Wanessa, aprovada em concurso público, para o cargo de técnico judiciário, tomou posse no Tribunal Regional do Trabalho em dezembro de 2002. Entrou em exercício no mesmo dia. O início de seu gozo de 30 (trinta) dias de férias ocorreu em 05/01/04. Nesse caso, é INCORRETO afirmar que as férias poderão ser interrompidas, entre outras hipóteses, por motivo de

(A) convocação para júri.
 (B) calamidade pública.
 (C) comoção interna.
 (D) solicitação relevante da servidora.
 (E) serviço eleitoral.

33. Considere os fatos que seguem:

I. Júlia, analista judiciária, foi advertida por escrito por ter se ausentado do serviço, durante o expediente, sem a prévia autorização de Raul, seu chefe imediato. Apesar da advertência, reiterou seu procedimento.

II. Renato, técnico judiciário, por sua vez, envolveu-se em caso de incontinência pública nas dependências do Tribunal.

Nessas hipóteses, os servidores Júlia e Renato, estarão sujeitos, respectivamente, às penas disciplinares de

(A) multa estatutária e exoneração.
 (B) demissão e multa estatutária.
 (C) exoneração e repreensão.
 (D) suspensão por 30 (trinta) dias e demissão.
 (E) repreensão e suspensão por 60 (sessenta) dias.

34. No caso de licitação na modalidade de concurso, o julgamento será feito

(A) por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.
 (B) por um colegiado permanente, composto de pessoas da área específica dos licitantes, sendo que os integrantes avaliadores devem ser servidores públicos.
 (C) pela mais elevada autoridade do órgão público, não sendo imprescindível ter conhecimento completo da matéria, mas devendo ser titular de cargo efetivo.
 (D) por qualquer diretor ou assessor qualificado do órgão público interessado, mas que tenha conhecimento da matéria em exame e esteja na Administração há mais de dois anos.
 (E) por uma comissão designada pela autoridade competente, integrada somente por particulares e que atuem na área em exame há mais de cinco anos.

35. Dentre outros, NÃO constitui motivo para a rescisão do contrato administrativo

(A) a instauração de insolvência civil.
 (B) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento.
 (C) o falecimento do contratado.
 (D) o cumprimento irregular de especificações e prazos.
 (E) a fusão, cisão ou incorporação vedadas no edital.

36. Os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observadas, dentre outras regras, a de adoção de procedimento licitatório, sob a modalidade de

(A) leilão ou convite e consulta pública sobre a viabilidade.
 (B) tomada de preços ou concorrência e preço razoável do imóvel.
 (C) pregão ou tomada de preços e interesse da Administração.
 (D) convite ou pregão e vantagens imobiliárias para a Administração.
 (E) concorrência ou leilão e avaliação dos bens alienáveis.

37. Em matéria de anulação e revogação dos atos administrativos, é certo que

(A) a Administração pode anular atos administrativos inconvenientes e inoportunos, tendo a decisão função constitutiva, embora com efeito declaratório.
 (B) o Judiciário pode anular atos administrativos com vício de ilegalidade, tendo a sentença função declaratória, embora com efeito constitutivo.
 (C) o Judiciário pode revogar atos administrativos desafinados com o Direito, tendo a sentença função condenatória, mas com efeito declaratório.
 (D) a Administração pode revogar atos administrativos com vício de ilegalidade, tendo a decisão função constitutiva, mas com efeito condenatório.
 (E) tanto o Judiciário como a Administração podem anular e revogar atos administrativos, tendo a decisão função constitutiva, mas com efeito suspensivo.

38. Tendo em vista o entrelaçamento dos princípios básicos da Administração Pública, observa-se que dos princípios da legalidade e da supremacia do interesse público e da indisponibilidade desse interesse, decorre, dentre outros, aquele concernente à idéia de descentralização administrativa, a exemplo da criação de pessoa jurídica administrativa. Esta situação, diz respeito ao princípio da

(A) razoabilidade.
 (B) continuidade do serviço público.
 (C) especialidade.
 (D) finalidade pública.
 (E) proporcionalidade.

<p>39. Um dos princípios fundamentais que regem a República Federativa do Brasil é a</p> <p>(A) promoção do bem de todos, sem preconceitos de quaisquer naturezas.</p> <p>(B) redução das desigualdades sociais e regionais.</p> <p>(C) garantia do desenvolvimento nacional.</p> <p>(D) construção de uma sociedade livre, justa e solidária.</p> <p>(E) cidadania, sendo gratuitos os atos necessários ao seu exercício.</p>	<p>43. Quanto à previsão dos direitos sociais, segundo garantia da Constituição Federal, o trabalhador doméstico também é contemplado com</p> <p>(A) o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.</p> <p>(B) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.</p> <p>(C) o fundo de garantia do tempo de serviço.</p> <p>(D) remuneração do serviço extraordinário superior, nos termos da lei.</p> <p>(E) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador.</p>
<p>40. A Constituição Federal declara expressamente que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais</p> <p>(A) têm aplicação imediata.</p> <p>(B) têm eficácia contida.</p> <p>(C) dependem de lei para entrar em vigor.</p> <p>(D) podem ter ou não, conforme o caso, aplicação imediata.</p> <p>(E) são normas programáticas.</p>	<p>44. Segundo a previsão da Constituição Federal, o aviso prévio é proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de</p> <p>(A) três dias, para os que recebem por hora.</p> <p>(B) oito dias, se o pagamento for diário.</p> <p>(C) oito dias, se o pagamento for semanal.</p> <p>(D) quinze dias, para os que recebem por quinzena.</p> <p>(E) trinta dias, nos termos da lei.</p>
<p>41. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. É assegurado a todos o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder, desde que pagas as taxas correspondentes.</p> <p>II. Independentemente do pagamento de taxas, é assegurado a todos a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.</p> <p>III. A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático constitui crime inafiançável e imprescritível.</p> <p>IV. As presidiárias não têm o direito de permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, porque isso implicaria a ilegal prisão de uma criança.</p> <p>Estão corretas APENAS</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>45. Quanto à organização do Congresso Nacional, é correto afirmar que</p> <p>(A) os Senadores representam os Estados e o Distrito Federal.</p> <p>(B) cada Senador é eleito com três suplentes.</p> <p>(C) os Deputados Federais são eleitos pelo princípio majoritário.</p> <p>(D) os Senadores são eleitos pelo princípio proporcional.</p> <p>(E) quatro é o número mínimo de Deputados por unidade da Federação.</p> <p>46. A fiscalização orçamentária da União, além do seu sistema de controle interno de cada Poder, é exercida mediante controle externo a cargo do</p> <p>(A) Tribunal de Contas da União, com auxílio do Congresso Nacional.</p> <p>(B) Senado Federal, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.</p> <p>(C) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.</p> <p>(D) Tribunal de Contas da União, com o auxílio do Senado Federal.</p> <p>(E) Câmara dos Deputados, composta pelos representantes do povo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.</p>
<p>42. Pode propor, sem nenhum outro requisito, o mandado de segurança coletivo:</p> <p>(A) a associação.</p> <p>(B) qualquer partido político.</p> <p>(C) a entidade de classe.</p> <p>(D) a organização sindical.</p> <p>(E) um grupo de pessoas físicas.</p>	<p>47. Quanto à organização do Poder Judiciário, é INCORRETO afirmar que aos tribunais compete privativamente</p> <p>(A) prover, na forma prevista na Constituição Federal, os cargos de juiz de carreira.</p> <p>(B) criar novas varas judiciárias.</p> <p>(C) elaborar seus regimentos internos.</p> <p>(D) alterar a organização e a divisão judiciárias.</p> <p>(E) conceder licenças e férias a seus membros.</p>

<p>48. Um tribunal, por ter mais de vinte e cinco julgadores, constituiu um órgão especial para exercer as funções da competência do tribunal pleno. Esse órgão especial poderá ter um número de membros variando entre o mínimo e o máximo de, respectivamente,</p> <p>(A) 11 e 25.</p> <p>(B) 11 e 23.</p> <p>(C) 9 e 23.</p> <p>(D) 9 e 21.</p> <p>(E) 7 e 21.</p>	<p>51. O intervalo para repouso ou alimentação será de</p> <p>(A) 10 minutos, se a jornada de trabalho exceder de 6 horas e de 30 minutos, nas jornadas de 8 horas.</p> <p>(B) 15 minutos, se a jornada de trabalho exceder de 6 horas e de, no mínimo, 1 hora, nas jornadas de 8 horas.</p> <p>(C) 20 minutos, se a jornada de trabalho exceder de 6 horas e de, no máximo, 1 hora, nas jornadas de 8 horas.</p> <p>(D) 30 minutos, se a jornada de trabalho exceder de 6 horas e 1 hora, nas jornadas de 8 horas.</p> <p>(E) 1 hora, qualquer que seja a jornada cumprida pelo empregado.</p>
<p>49. Considere:</p> <p>I. Considera-se empregado a pessoa física, que presta serviços de natureza não eventual, com subordinação e mediante salário.</p> <p>II. Entre a empresa que detém a direção, controle ou administração de outra e esta última há responsabilidade solidária.</p> <p>III. Somente a pessoa jurídica pode ser considerada empregador para os efeitos da CLT.</p> <p>IV. Associação beneficente sem fins lucrativos não pode admitir empregados.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) IV.</p>	<p>52. É garantido àquele que trabalha em seu próprio domicílio, mas por conta de empregador que o remunera, um pagamento</p> <p>(A) diário, correspondente à produtividade apresentada, ainda que inferior ao salário mínimo.</p> <p>(B) diário, correspondente ao salário mínimo diário.</p> <p>(C) semanal, correspondente a 1/4 do salário mínimo.</p> <p>(D) mensal, correspondente a 30% do salário mínimo.</p> <p>(E) mensal, correspondente ao salário mínimo.</p> <p>53. Empregado admitido em 10/02/2003 e que faltou 8 (oito) dias ao serviço, injustificadamente, terá direito a férias de</p> <p>(A) 22 dias corridos, a partir de 10/02/2004.</p> <p>(B) 24 dias corridos, que deverão ser gozados entre 10/02/2004 e 09/02/2005, segundo o interesse do empregado.</p> <p>(C) 24 dias corridos, que deverão ser gozados entre 10/02/2004 e 09/02/2005, segundo o interesse do empregador.</p> <p>(D) 25 dias corridos, que deverão ser gozados nos meses de janeiro ou de julho.</p> <p>(E) 25 dias corridos, que deverão ser gozados até 31 de dezembro de 2005.</p>
<p>50. Nas localidades onde não é emitida a Carteira de Trabalho e Previdência Social, a prestação de serviços por empregado que não a possua é admitida, desde que</p> <p>(A) não exceda o prazo de 30 (trinta) dias, período no qual o empregador fica obrigado a permitir o comparecimento do empregado ao posto de emissão de CTPS mais próximo.</p> <p>(B) o trabalhador apresente declaração da qual constem a data de admissão, a natureza do trabalho e o salário.</p> <p>(C) o empregado apresente os seguintes documentos: Certidão de Nascimento ou Cédula de Identidade, Cadastro de Pessoa Física, Título de Eleitor e comprovante de residência.</p> <p>(D) a contratação seja feita com a assistência do Sindicato, que fornecerá documento competente.</p> <p>(E) se trate de atividade de natureza rural, exercida em área não excedente do módulo rural.</p>	<p>54. A concessão de férias coletivas aos empregados admitidos há menos de doze meses</p> <p>(A) deve estar prevista em acordo ou convenção coletiva de trabalho.</p> <p>(B) é permitida apenas nos meses de dezembro e janeiro.</p> <p>(C) dispensa comunicação ao Ministério do Trabalho.</p> <p>(D) dá início ao novo período aquisitivo.</p> <p>(E) é permitida por período inferior a 10 (dez) dias.</p> <p>55. O elemento que distingue a relação de emprego das relações afins é a</p> <p>(A) dependência pessoal.</p> <p>(B) dependência social.</p> <p>(C) dependência técnica.</p> <p>(D) subordinação jurídica.</p> <p>(E) subordinação intelectual.</p>

56. O contrato de trabalho por prazo determinado passará a vigorar como contrato por prazo indeterminado na hipótese de

- (A) o empregado ser dispensado antes do prazo.
- (B) ser prorrogado uma vez.
- (C) ter por objeto atividades empresariais de caráter transitório.
- (D) ser anotado na Carteira Profissional do empregado.
- (E) ser estipulado por mais de dois anos.

57. O pagamento dos salários deve ser efetuado

- (A) até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.
- (B) no quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.
- (C) no dia 05 de cada mês.
- (D) no último dia útil do mês trabalhado.
- (E) no primeiro dia útil do mês subsequente ao vencido.

58. Quando fornecido habitualmente ao empregado, por força do contrato ou do costume, considera-se salário *in natura*,

- (A) telefone celular e respectivas despesas.
- (B) condução destinada ao deslocamento para o trabalho.
- (C) seguro de vida e acidentes pessoais.
- (D) vale-refeição.
- (E) previdência privada.

59. Considere:

- I. A transferência do empregado, ainda que não acarrete mudança de domicílio, só é válida com o consentimento expresso do mesmo.
- II. O adicional de transferência previsto em lei é de 30%.
- III. O empregado que exerce cargo de confiança não tem direito ao adicional de transferência.
- IV. As despesas resultantes da transferência do empregado correrão por conta do empregador.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) IV.

60. São serviços auxiliares da Justiça do Trabalho, além das Secretarias das Varas do Trabalho e dos Tribunais,

- (A) a Delegacia Regional do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho.
- (B) os Distribuidores e os Contadores Judiciais.
- (C) os Distribuidores e a Delegacia Regional do Trabalho.
- (D) os Oficiais de Justiça e o Ministério do Trabalho.
- (E) os Distribuidores e os Oficiais de Justiça.